

# A PROPÓSITO DA METODOLOGIA TRADICIONAL DA HISTÓRIA

**Elza Régis de Oliveira**

da Universidade Federal da Paraíba

O início desse século marca uma fase de grandes transformações não só no que diz respeito às ciências naturais, mas também no campo das ciências sociais.

A "grande transformação" foi devida à teoria da Relatividade. Velhos conceitos desabaram diante de novas evidências. Teorias até então aceitas perderam o seu valor, o que significa ser a idéia de progresso fundamental à toda atividade científica, deixando a ciência de ser estática.

Em todo o decorrer da história das ciências verificaram-se rupturas epistemológicas através de verdadeiros saltos: rupturas ocorreram na astronomia, física, psicologia, química, biologia, matemática e na história. Para Barradas de Carvalho "a hierarquia dos conhecimentos, ou das ciências, ordena-se de acordo com a cronologia da revolução epistemológica que as faz saltar de um estágio que tem como base uma epistemologia do sensível a um estágio que tem como base uma epistemologia do inteligível. Ao primeiro chamaremos estágio pré-científico. Ao segundo chamaremos estágio científico... Os nossos sentidos enganam-nos, a verdade está para além da intuição sensível, a verdade está, como que escondida, para além das aparências do sensível" (1).

Essas modificações substituíram o esquema de verdade única e imutável pelo conceito de pluralidade, em que insiste Gaston Bachelard. O próprio conceito de ciência adquiriu maior flexibilidade. Hoje já não se discute os problemas científicos à luz

do racionalismo de Descartes e de Kant. O científico para eles teria de ser demonstrado matematicamente. O que não fosse provado através de leis perderia o rigor científico. As exigências já não são as mesmas, os valores mudaram em consequência do próprio desenvolvimento científico. "A ciência já não obedece a razão", mas como mostra Bachelard, "a ciência instrui a razão. A razão deve obedecer à ciência, à ciência mais evoluída, à ciência em evolução", (2).

No que respeita à História houve também uma viragem não só na sua concepção, mas nos próprios fundamentos. A História que predominou até os meados do século XIX, corresponde a um "estádio pré-científico" conforme as apreciações de Barradas. É, ainda hoje, praticada pelos historiadores os mais obstinados, apesar das transformações operadas em torno da sua metodologia. Só nos fins do século XIX foi que a História começou a se libertar desse esquema tradicionalista, numa longa marcha ainda não completada.

O século XIX foi um século de grande importância não somente para a História, como também para as outras ciências sociais. Até então, esse campo do saber ficou um tanto relegado, face o pensamento naturalista que, por três séculos, dominou o espírito científico europeu. O científico teria de ser demonstrado matematicamente, concepção que teve sérias consequências para a História, passando os historiadores a assimilarem os métodos naturalistas à procura de leis, desviando-se de sua própria tarefa, isto é, a compreensão dos fatos históricos. Os que se arriscaram em tamanha empresa colheram resultados negativos.

Em consequência disso, surgiu uma filosofia positivista a serviço das ciências naturais e sob essa influência uma historiografia positivista, cujos representantes encontram-se em vários países. Ainda nesse século, o historiador Toynbee tem sido criticado por adotar princípios derivados das ciências naturais. Tudo isso persistiu apesar dos filósofos alemães terem definido no século passado, posições completamente lógicas quanto às ciências históricas.

Dilthey, Windelband, Xenopol e Rickert exerceram influências as mais decisivas no pensamento filosófico do século XIX ao estabelecerem a distinção entre ciências naturais e culturais. O primeiro, na sua "Introdução às Ciências do Espírito, assumiu a posição — onze anos antes de Windelband — de que a história trata de indivíduos concretos e as ciências da natureza tratam de generalizações abstractas." (3). O segundo, em 1894, afirmou que a história e a ciência são duas coisas diferentes, cada uma delas com o seu método próprio. "A ciência — explicou — tem por objetivo a formulação de leis gerais; a história é a descrição de factos individuais." Batizou pomposamente esta distinção, afirmando que há duas espécies de ciência (Wissenschaft): ciência nomotética (que é a ciência, no sentido vulgar da palavra) e a ciência idiográfica (que é a história) (4).

Xenopol chamou à atenção para a diferença entre fatos de sucessão (história) e fatos de repetição (nas ciências naturais), para aprofundar as características diversas entre as ciências. Para ele as ciências de repetição caracterizam-se pela formulação de leis e as de sucessão pela série histórica que é única e particular nas condições de tempo no qual se realiza (5).

Rickert não somente estabeleceu a diferença entre os dois tipos de ciências, mas chegou às últimas consequências metodológicas. Declarou que "as ciências naturais e as do espírito se acham agora nitidamente separadas desde o ponto de vista de seu conteúdo, e é de supor que, partindo da distinção de seus materiais, seja possível assim mesmo compreender a distinção entre seus métodos" (6).

Assim vê-se que foi inestimável a contribuição da filosofia no tocante aos novos rumos abertos à ciência histórica, estabelecendo as bases de um método ao praticar uma verdadeira rutura com as ciências naturais. Dessa forma, a filosofia nos libertou das ciências naturais e dos métodos naturalistas apesar de vez por outra aparecer tentativas de imitação àquelas, como que um complexo de inferioridade, ou melhor de imaturidade das ciências sociais. Daqui em diante compete aos historiadores seguirem

o seu próprio rumo no aperfeiçoamento dos métodos e técnicas que permitam chegar à conclusão, o mais objetivamente possível, acerca do objeto estudado.

Até o final do século XIX, a História foi o que se convencionou chamar História tradicional, fiel aos princípios de uma metodologia representativa do espírito historiográfico até então dominante. Nesse mesmo século, Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, autores de um manual de metodologia (7), de quem falaremos adiante, concebiam a História de modo bem diferente do da centúria seguinte, sendo fácil precisar a nova orientação firmada pelo grupo dos Annales.

A História tradicional reduzida aos acontecimentos políticos, a história dos reis, das guerras e até mesmo de heróis foi denominada por Paul Lacombe e, depois por François Simiand de história "événementielle" (acontecimentos). Conforme Braudel "digamos mais claramente, em lugar de événementielle; o tempo curto, à dimensão dos indivíduos, da vida quotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência — o tempo por excelência do cronista, do jornalista" (8). É, ainda, como conhecemos, o domínio do factual.

Um dos aspectos dessa historiografia que mereceu realce foi o papel do indivíduo e das grandes personagens como se estes fossem por si sós, capazes de conduzirem a marcha dos acontecimentos históricos. Assim, também, muitos teóricos atribuíram à raça e ao meio um papel capital na história (9).

Hoje, não é preciso muito esforço para se compreender que, muito mais do que a atividade das grandes personagens, a vida histórica deve ser vista em todo o seu conjunto, sobretudo agora que dispomos de novos métodos capazes de apreender a realidade social com maior eficácia.

Como argumenta Plekhanov "atualmente não é mais possível considerar a natureza humana como causa determinante e mais geral do movimento histórico; se ela é constante não pode explicar o curso extremamente variável na História, e se é mutável, é evidente que as suas mudanças são condicionadas pelo movimento histórico. Atualmente, é preciso reconhecer que a causa determinante e mais geral do movimento histórico da humanidade é o desenvolvimento das forças produtivas, que condiciona as sucessivas mudanças nas relações sociais dos homens" (10). Isso sem ignorar a participação das causas particulares, onde entram as ações individuais dos homens públicos.

Essa tendência tem sido constantemente combatida, em favor da "história total do homem", ao se alijar o fator determinante como explicação histórica. Para Braudel "o problema não consiste em negar o individual sob pretexto que ele é cheio de contingências, mas sim em ultrapassá-lo, em distingui-lo das forças diferentes dele, em reagir contra uma História arbitrariamente reduzida ao papel dos heróis elevados à quintessência não acreditamos no culto de todos estes semi-deuses, ou, mais simplesmente, somos contra a orgulhosa frase unilateral de Treitschke:

"Os homens fazem a História"

Não, a História faz também os homens e molda o seu destino — a História anônima, profunda e muitas vezes silenciosa, da qual é necessário agora abordar o incerto mas imenso domínio (11).

Hoje se tem procedido a um revisionismo de certos aspectos dessa historiografia, o que é perfeitamente coerente, uma vez que a história pode ser revista e reinterpretada por sucessivas gerações de historiadores.

Na historiografia contemporânea, todos os defeitos resultantes de uma visão tradicionalista da história não foram completamente superados. Há, ainda, os que se satisfazem em serem os chamados "ratos de arquivos", entendendo que a História é tão somente a busca da fonte. É evidente que a tarefa realizada pela heurística quanto

à descoberta, classificação e publicação de documentos tem contribuído para o progresso do conhecimento histórico. Mas isso é apenas uma etapa do caminho que o historiador terá de percorrer, seguidas de outras que exigem maior habilidade, experiência e completo domínio do seu "métier d'historien" na acepção de Marc Bloch.

Como salienta Braudel, "a recente rutura com as formas tradicionais da história do século XIX não foi uma rutura total com o tempo curto. Ela agiu, sabêmo-lo, em benefício da história econômica e social, em detrimento da história política. De onde uma reviravolta e uma inegável renovação; de onde, inevitavelmente mudanças de método, deslocamento e centros de interesse com a entrada em que cena de uma história quantitativa que, certamente, ainda não disse a última palavra" (12).

A Introdução à História de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, de 1897, (13) obra fundamental de metodologia clássica, é exaustiva pelos pormenores, minúcias e regras que coloca a disposição do historiador para desempenhar seu ofício. Os autores nos dão uma noção clara das preocupações que envolviam essa metodologia, e da história que se praticou filiada aos mesmos princípios e ensinamentos. É, sem dúvida alguma, uma obra imprescindível para o conhecimento do historiador, mas é preciso não esquecer que a história não se limita apenas à crítica histórica. Evidentemente, como manual esse livro encontra-se, em parte, desatualizado pelos novos progressos que se tem feito em torno da metodologia da história. O referido livro nos dá uma idéia da História ainda muito presa aos textos sem aqueles vãos que, pouco depois, Marc Bloch e Lucien Febvre nos davam.

Com isso, não queremos dizer que a crítica histórica esteja superada mas, pelo contrário, afirmar a sua necessidade no depuro do trabalho do historiador. Ela é tão válida e necessária que Jean Stengers, professor da Universidade Livre de Bruxelas, escreveu uma das páginas mais admiráveis sobre "Unité ou diversité de la critique historique" mostrando que o procedimento crítico é o que distingue o historiador amador do de ofício, e que "todos os historiadores dignos deste nome, todos os homens de ofício verdadeiro se reencontram e comunicam na aplicação de um mesmo método científico — a aplicação da crítica histórica" (14).

Nesse mesmo estudo, Stengers chama-nos à atenção para a diversificação da crítica histórica, conforme o assunto e os períodos encarados. Ela depende da abundância ou limitação das fontes. Traça-nos um perfil do que foi a crítica histórica feita por Pierre Caron sobre os massacres de setembro de 1792, em Paris, e para a qual este arrola 14 testemunhas sobre o papel de Danton nos massacre. Examina testemunha por testemunha, fazendo a eliminação das que julga duvidosas, restando-lhe pouco mais que nada. Na verdade, costuma-se responsabilizar Danton na participação dos massacres, mas Caron é cauteloso ao perguntar: "Quais teriam sido, no momento dos massacres, seus sentimentos íntimos, quaisquer que tenham sido suas reações? No fundo, diz Caron, nós não o sabemos. Nós podemos unicamente formular hipóteses verossímeis e a hipótese mais verossímil, tudo bem pesado, é que Danton tenha considerado os massacres como um mal necessário. Eis, fortemente resumida, uma página de crítica escrita por um especialista eminente de história revolucionária" (15). É uma crítica inflexível aplicada a um fato da história contemporânea. Stengers, apesar de muito exigente não considera essa crítica o modelo para a história contemporânea e muito menos para período, onde as fontes são mais escassas. Refere-se à crítica de Caron como um "caso limite". Stengers examina ainda nesse seu estudo como proceder com os textos únicos, más fontes e certos aspectos da história das instituições como, por exemplo, os textos legislativos. Quanto às fontes únicas e duvidosas é da opinião que devemos sacrificá-las porque não há uma solução intermediária; para ele "utilize-se a fonte ou renuncie de utilizá-la".

Pierre Vilar sublinha a necessidade do método clássico ao declarar: "Uma das primeiras coisas que o historiador tem o direito de exigir desde que se trate da história, é que as próprias regras de crítica clássica sejam aplicadas. Se se parte de um

testemunho é necessária a crítica do testemunho. Não se pode partir de um testemunho não criticado. Nós temos então que assumir todos os pontos do velho "método histórico", que de fato não é mais do que uma técnica, mas uma técnica absolutamente necessária" (16).

Ao nos referirmos ao livro de Langlois e Seignobos, dedicado quase exclusivamente à crítica histórica, não tivemos a intenção de menosprezá-lo, como acima ilustramos mas demonstrar que ambos representam a corrente tradicional da História. A esse propósito refere-se Lucien Febvre ao que foi a "História sincera da nação francesa, ensaio de uma história da evolução do povo francês", escrita por Seignobos, quando diz: "com toda simplicidade, e sem a menor reserva pessoal, além desse livro, o que eu ataco não é a um historiador, senão a uma certa concepção de história uma concepção que durante anos, através de suas funções, sua influência pessoal e seus escritos o sr. Seignobos defendeu com poderosos meios; uma concepção que eu rechaço com todo o meu ser e que considero responsável, em parte, por esta espécie de descrédito, ao mesmo tempo, injusto e justificado, na qual a história caiu com muita frequência aos olhos dos "laicos". Uma certa história, a qual Seignobos, precisamente, veio dar-nos, no livro que nos ocupa, uma nova e significativa amostra" (17). Referindo-se às próprias críticas, pede desculpas não somente a Seignobos, mas ao seu cúmplice Langlois.

No apêndice do livro de Marc Bloch (18), Lucien Febvre manifesta o desejo de ambos terem dado um novo "Langlois e Seignobos, que teria sido o manifesto, de uma outra geração e a tradução de um espírito muito diferente". Frustou-o disso a morte de Marc Bloch. Desse novo espírito que nos quiseram comunicar não foram vãs lições contidas no livro "Apoologie pour l'Histoire ou Métier d'historien", de Marc Bloch, e "Combats pour l'Histoire", de Lucien Febvre, acrescentadas nos Annales sob a direção dos dois.

A Introdução ao Estudo da História, de Ernst Bernheim, é, pelo seu conteúdo, um livro preso à sua época, isto é, ao século XIX, o que não poderia deixar de o ser (19). Inserido dentro das mesmas perspectivas metodológicas norteou o espírito da investigação e do procedimento do historiador como Langlois e Seignobos. Todos respiraram a mesma atmosfera do método tradicional, sendo a historiografia produzida, a partir dessas linhas, portanto, um reflexo das mesmas tendências metodológicas. O século XIX na Alemanha, do ponto de vista metodológico exerceu uma influência considerável nos rumos que tomou a História, sendo-lhe atribuída semelhante papel ao que atualmente desfruta a França, como escola de História. Bernheim nos apresenta ainda uma divisão esquemática da História; história narrativa, pragmática e genética, que não nos serve, em absoluto. Hoje, já se propõe a extinção das fronteiras entre as ciências humanas como uma tentativa mais ampla de análise e interpretação dos fatos. Esses comportamentos estanques, especialmente na história, não têm nenhum sentido prático e só servem para deformar a explicação histórica. A sua concepção de história, como a de todos os historiadores do século XIX, não tinha sofrido as transformações que só ocorreriam no século seguinte.

Outro manual de Introdução à História é o livro de Bauer (20), cujo prefácio à primeira edição data de 1921. Apesar de situado nos fins do século XIX e princípio do XX, suas tendências se inclinam mais para àquela.

Apresenta-nos o referido autor a mesma divisão da história de que já nos dava Bernheim, cujas críticas foram feitas em linhas atrás. Sentimos que não foi tocado pelo grande movimento de renovação da História, que se esboçava no princípio do século XX, em que vivera. Já Langlois e Seignobos não puderam escapar ao seu tempo. Ao nos referirmos ao livro de Bauer não deixamos de reconhecer o domínio que exerceu sobre a matéria, ao tratar da heurística, da crítica externa e interna. É bem alentada a sua classificação de fontes, quando distingue as transmitidas oralmente, por escrito e as que agrupa sob o nome de plásticas.

A sua contribuição, como a de todos os autores do método clássico, foi impor-

tantíssima e ainda o é no que se refere principalmente à análise crítica das fontes, meio ainda hoje indispensável ao historiador mesmo em face dos novos métodos.

Algumas das limitações que esses autores sofreram não foram somente próprias da época. A esse propósito compreendemos muito bem as palavras de Lucien Febvre ao referir-se a Seignobos. É claro que o historiador muitas vezes está aquém da marcha e do progresso da História. Se investigarmos hoje os que estão acompanhando essas últimas renovações da história, constatamos que é apenas uma minoria.

Para tornar claro o nosso ponto de vista, o que hoje se combate não é em si a história factual ou tradicional, o que seria uma incoerência. A história faz-se com os fatos, os quais o historiador não pode renunciar. O que não se pode é condicionar a história exclusivamente aos fatos, visto que a história não se reduz a isso.

Há um equívoco perigoso hoje para a História cometido sobretudo por pessoas fascinadas pelos novos métodos, que chegam a combater a história factual ou tradicional como se esta tivesse perdido a sua importância diante dos novos progressos da história nesses últimos 50 anos.

O que se combate não é o **factual** na História, mas o **factualismo**. Lucien Febvre que sempre travou um combate contra certos males da História nunca chegou a tal exagero, porque como historiador de ofício não podia cometer tal tolice. Ele combateu a história historicizante que professava Louis Halphen, cujas concepções de história defende no seu livro *Introdução à História*. A respeito dessa obra Febvre faz a seguinte observação: "Existe uma forma de história que, bastando a si própria, pretende bastar também ao conhecimento histórico" (21). Suas palavras encerram uma crítica ao livro de Louis Halphen e ao tipo de história que praticava.

Braudel, da mesma forma, não se insurge contra a história tradicional, reconhecendo ainda hoje a sua validade. A esse propósito são bem significativas as suas palavras: "A história é a soma de todas as histórias possíveis" (22). Com isso quer mostrar que ao lado da história conjuntural e estrutural figura a história tradicional, visto que o historiador pode e deve trabalhar com todos os tempos, uma vez que eles se interpenetram.

## BIBLIOGRAFIA

- 1 — CARVALHO, Joaquim Barradas de. **Da História-Crônica à História-C.ência**. Col. Horizonte, n.º 16. Dir. Joel Serrão. Lisboa, Livros Horizonte Lda., 1972. p. 42.
- 2 — BACHELARD, Gaston. **Filosofia do Novo Espírito Científico**. Trad. de Joaquim Moura Ramos. Lisboa, Editorial Presença, 1972. p. 201.
- 3 — COLLINGOOD, R. C. **A Idéia de História**. Lisboa, Editorial Presença, s/d. p. 267.
- 4 — ..... **A Idéia de História**. Op. cit., p. 260.
- 5 — RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1957. 2 vols. p. 73.
- 6 — RICKERT, Heinrich. **Introducción a los Problemas de la Historia..** Buenos Aires, Editorial Nova, 1971. pp. 36-37.
- 7 — LANGLOIS, Charles Victor e SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos Estudos Históricos**. Trad. de Laerte de Almeida Morais. São Paulo, Ed. Renascença S/A, 1946.
- 8 — BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo, Editoras Perspectiva. 1978. p. 45.
- 9 — BERR, Henri. **A Síntese em História**. São Paulo, Editora Renascença S/A., 1946. p. 74.
- 10 — PLEKHANOV. **Reflexões sobre a História**. Trad. de A. Chaves. Lisboa, Editorial Presença, 1970 pp. 170-171.
- 11 — BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Op. cit. p. 23.
- 12 — ..... **Escritos sobre a História**. Op. cit., p. 47.
- 13 — LANGLOIS, Charles Victor e SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos Estudos Históricos**. Op. cit.

- 14 — STENGERS, Jean. Unité ou diversité de la critique historique. In: Raisonement et démarches de l'historien. Editions de l'Institut de Sociologie — Université Libre de Bruxelles, 1963. p. 10.
- 15 — ..... Unité ou diversité de la critique historique. Op. cit. pp. 10-15.
- 16 — VILAR, Pierre. La Méthode Historique. In: Dialectique Marxiste et Pensée Structurale. Paris, Tables Rondes, 1967. p. 41.
- 17 — FEBVRE, Lucien. **Combates por la Historia**. Barcelona, Ediciones Ariel, 1971. p. 134.
- 18 — Marc. BLOCH. **Introdução à História**. Trad de Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Col. Saber. Lisboa, Publicações Europa — América, 1965.
- 19 — BERNHEIM, Ernst. **Introducción al Estudio de la Historia**. Barcelona, Editorial Labor, S/A, 1937.
- 20 — BAUER, Guillermo. **Introducción al Estudio de la Historia**. Barcelona, Bosch Casa Editorial, 1957.
- 21 — FEBVRE, Lucien. **História**. Organizador (da coletânea) Carlos Guilherme Motta. São Paulo, Editora Atica, 1978. pp. 103-104.
- 22 — BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Op. cit. p. 53.